



UAAlg

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

**Competências parentais percebidas e satisfação
marital em famílias com menores em risco**

Mélody Mendes

**Dissertação para obtenção do grau de Mestra em Psicologia
da Educação**

Trabalho elaborado sob orientação da Prof. Doutora Maria
Cristina de Oliveira Salgado Nunes

2013

2012/2013

Competências parentais percebidas e satisfação marital em famílias com menores em risco

Mélody Mendes

**Dissertação para obtenção do grau de Mestra em Psicologia
da Educação**

Trabalho elaborado sob orientação da Prof. Doutora Maria
Cristina de Oliveira Salgado Nunes

2013

Competências parentais percebidas e satisfação marital em famílias com menores em risco

DECLARAÇÃO DE AUTORIA DE TRABALHO

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

(Mélody Mendes)

Copyright by

Mélody Mendes

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Todos os trabalhos presentes nesta dissertação foram referenciados de acordo com o Manual de Publicação da APA – 6.^a Edição (2010)

Resumo

As famílias com menores em risco psicossocial têm que enfrentar várias adversidades que comprometem a sua capacidade para exercer uma parentalidade adequada e frequentemente adotam práticas com efeitos negativos para o desenvolvimento dos seus filhos. As competências parentais percebidas e a capacidade dos cônjuges para comunicar, colaborar e resolver desacordos desempenham um papel crucial para exercer uma parentalidade eficaz.

No presente estudo analisamos as relações entre a satisfação marital e as competências parentais percebidas. A amostra é constituída por 112 pais (80 mães e 32 pais), com uma idade média de 36,18 anos, residentes no Algarve. Foram aplicados, através de uma entrevista individual, o *Parental Sense of Competence* (Johnston & Mash, 1989), a ENRICH Marital Satisfaction Scale (Fowers & Olson, 1993) e um questionário de dados sócio-demográficos e familiares (Nunes, Lemos, Costa, Nunes, & Almeida, 2011).

A maioria dos participantes são casados ou vivem em união de facto, integram lares biparentais e estáveis, possuem um baixo nível educativo, estão desempregados e vivem na pobreza. Estas três últimas condições são preocupantes, uma vez que podem comprometer não só o seu bem-estar psicológico, como o desenvolvimento dos seus filhos. Os resultados encontrados sugerem ainda que os pais com uma maior satisfação marital são aqueles que se percebem como mais eficazes e mais satisfeitos com o seu papel de pais. Não observámos diferenças entre pais e mães nas dimensões estudadas.

São discutidas as principais necessidades de apoio e de intervenção nestas famílias para serem tomadas em consideração pelos profissionais que trabalham com elas.

Palavras-chaves: *Menores em risco psicossocial, competências parentais, satisfação parental, eficácia parental, satisfação marital.*

Abstract

Families with children at psychosocial risk have to face several adversities that undermine their ability to exercise proper parenting and often adopt practices with negative effects on the development of their children. Parenting skills and the perceived ability of spouses to communicate, collaborate and resolve disagreements play a crucial role to exert effective parenting.

This study analyzes the relationship between marital satisfaction and perceived parental competence. The sample consisted of 112 parents (80 mothers and 32 fathers), with an average age of 18.36 years, Algarve's resident. They were applied, through an individual interview, the Parental Sense of Competence (Johnston & Mash, 1989), the ENRICH Marital Satisfaction Scale (Fowers & Olson, 1993) and a questionnaire on sociodemographic and family data (Nunes, Lemos, Costa Nunes, & Almeida, 2011).

Most participants were married or living with a partner, and part of biparental stable homes. They have a low level of education, are unemployed and live in misery. These three conditions are worrisome, since they can not only compromise their psychological well-being, such as the development of their children. The results suggest that parents with greater marital satisfaction are those who perceive themselves as more effective and more satisfied with their role as parents. We did not observe differences between fathers and mothers in the studied dimensions.

We discuss the main needs of support and intervention in these families in order to be taken into account by professionals working with them.

Keywords: *Children at risk psychosocial, parenting skills, parental satisfaction, parental efficacy, marital satisfaction.*

Índice

Resumo	5
Abstract	6
I. Introdução.....	10
II. Revisão da literatura	11
1. Menores em Risco Psicossocial	11
2. Competências parentais, Características e Recursos Familiares.....	15
2.1. <i>Satisfação Parental</i>	16
2.2. <i>Eficácia Parental</i>	17
2.3. <i>Satisfação Marital</i>	18
III. Objetivos.....	19
IV. Metodologia	20
4.2. <i>Instrumentos</i>	23
V. Procedimentos	24
5.1. <i>Recolha dos dados</i>	24
5.2. <i>Tratamento dos dados</i>	24
VI. Resultados.....	25
VII. Discussão	29
VIII. Conclusão	30
IX. Referencias Bibliográficas.....	32

Índice de Tabelas

Tabela 1- Correlações entre variáveis em estudo.	25
Tabela 2- Descrição das variáveis EMS Total, PSOC Eficácia e PSOC Satisfação.	26
Tabela 3- Habilitações literárias dos pais.....	26
Tabela 4- Habilitações literárias das mães e dos pais.	27
Tabela 5- Comparação entre Pais e Mães das principais variáveis em estudo.....	27
Tabela 6- Comparação entre Empregados e Desempregados.	28
Tabela 7- Comparação entre famílias Monoparentais e Biparentais.	28

Índice de figuras

Figura 1. Habilitações literárias da Amostra	20
Figura 2. Instituições que referenciaram os casos.	21
Figura 3. Situação de Empregabilidade da Amostra Figura.....	22

I. Introdução

Este trabalho tem como objectivo primordial perceber-se qual a influência da satisfação marital nas competências parentais em famílias com menores em risco.

Para isto foram entrevistadas 112 pais/mães provenientes de famílias com menores em risco, referenciadas através da CPCJ de Faro, da Segurança Social, da Porta Amiga e da CPCJ de Loulé.

Após alguma pesquisa, conseguiu-se perceber a actualidade do tema, mas acima de tudo que ainda é um tema muito pouco explorado.

Existe alguma diversidade de estudos sobre a satisfação marital, e sobre a satisfação e eficácia parental. No entanto, investigações sobre pontos essenciais tais como o emprego/desemprego dos pais, diferenças entre famílias monoparentais e biparentais, diferenças entre pais e mães, entre outros, nas variáveis anteriormente citadas são ainda muito limitadas, não só em Portugal, mas também no resto do Mundo.

A actualidade deste tema é indiscutível tendo em conta o momento em que país está a atravessar. Tendo em conta esta fase em que Portugal se encontra, é evidente uma mudança na vida das famílias, que vai incontestavelmente afectar o desenvolvimento dos menores.

Sendo assim, este trabalho é composto por diversas partes. Inicia-se com uma revisão da literatura, onde são focadas as definições de Menores em risco psicossocial; Competências parentais; Características e Recursos Familiares. Além das definições, são ainda referidos quais os factores que influenciam positivamente e negativamente os factores anteriormente referidos.

Após estas definições, é apresentado o estudo em si, iniciando com uma descrição dos instrumentos utilizados na concretização deste. De seguida é apresentado uma descrição pormenorizada da amostra, e os resultados e uma discussão destes. Nesta é apresentada uma diversidade de estudos, que corroboram os nossos resultados.

II. Revisão da literatura

1. Menores em Risco Psicossocial

Nos dias de hoje, diversos estudos se têm debruçado sobre a importância da família, para um bom desenvolvimento das crianças. Sendo a família o elo principal de socialização e aprendizagem destas, é fundamental ter em atenção o relacionamento dos progenitores, tanto entre o casal como na própria relação com os seus filhos Hidalgo, Lopez e Sanchez, (2004); Rodrigo, Cabrera, Martín e Máiquez, (2009). Podendo ser este um factor essencial na detecção de menores em risco.

Actualmente, os maus tratos de todas as formas, a crianças e jovens, são identificados pela sociedade, como graves problema de saúde pública (Leça, Perdigão, Laranjeira, Menezes, Velez, Veloso, Oliveira, Branco, Jardim, Chaves, & Prazeres, 2011).

Oliveira-Formosinho e Araújo (2002) completam a definição da autora acima referida, definindo maus tratos como qualquer acção não acidental cometida por parte dos pais, ou dos responsáveis pelo menor, que comprometa as necessidades básicas do menor (físicas e emocionais).

Magalhães (2004, citado por Leça, et al., 2011) escreve uma definição mais completa e ainda actual de maus-tratos. Este refere que os maus-tratos são "qualquer forma de tratamento físico e (ou) emocional, não acidental e inadequado, resultante de disfunções e (ou) carências nas relações entre crianças e jovens e pessoas mais velhas, num contexto de uma relação de responsabilidade, confiança e (ou) poder. Podem manifestar-se por comportamentos activos (físicos, emocionais, sexuais) ou passivos (omissão e negligência nos cuidados e (ou) afectos. Pela maneira reiterada como geralmente acontecem, privam o menor dos seus direitos e liberdades afectando, de forma concreta ou potencial, a sua saúde, desenvolvimento (físico, psicológico e social) e (ou) dignidade."

Vários tipos de maus tratos podem ser exercidos nas crianças, por exemplo:

2012/2013

- Negligencia – é a incapacidade por parte do adulto de proporcionar à criança ou ao jovem a satisfação das suas necessidades básicas (de higiene, alimentação, afecto, educação e saúde, entre outras) (Leça, et al., 2011);
- Mau trato físico – que resulta de qualquer acção não accidental, pode ser isolada ou repetida, infligida pelos educadores, que provoque (ou possa vir a provocar) qualquer dano físico na criança ou jovem (Leça, et al., 2011);
- Mau trato psicológico/emocional - este resulta da privação de um ambiente de segurança e de bem-estar afectivo. Pode envolver várias e diferentes situações, desde a falta de cuidados adequados a criança, até à completa rejeição afectiva por parte do adulto (Leça, et al., 2011);
- Abuso Sexual – vai resultar do envolvimento de uma criança/jovem em atividades com o objetivo de satisfazer sexualmente um adulto ou alguém mais velho (Leça, et al., 2011);
- Síndrome de *Munchausen* por Procuração – trata-se de uma forma rara de maus-tratos, no entanto, diz respeito à atribuição à criança, de sinais e sintomas, com o intuito de convencer os médicos da existência de uma doença (Leça, et al., 2011).

Como foi referido, acima, na definição de menores em risco, todos estes tipos de maus tratos vão ter influência no desenvolvimento ótimo da criança. Este impacto negativo na vida dos menores, pode ser observado a curto ou a longo prazo (Oliveira-Formosinho & Araújo, 2002). É possível através de alguns factores avaliar o grau de severidade dos maus-tratos, o que nos vai ajudar na triagem nos casos dos menores em risco (Leça, et al., 2011).

Leça, et al. (2011), descreve ainda algumas situações de perigo para o menor, são por exemplo:

- Estar abandonado ou viver sozinho, com os cuidados básicos de vida entregues a si próprio;
- Sofrer maus tratos físicos ou psicológicos;
- O progenitor não dar os cuidados e a afeição adequada à idade do menor;

- Trabalho Infantil, e situações que prejudique a formação ou desenvolvimento “normal” do menor;
- Aquando o menor é sujeito a comportamentos que afectem gravemente a segurança e/ou o equilíbrio emocional da criança, por parte do seu cuidador;
- Comportamentos de risco por parte do adulto que deixem os menores em igual circunstância de risco (consumo de drogas, álcool, entre outros).

Cruz, 2006 refere que uma associação entre estes problemas e a convivência permanente com um ambiente violento, pode facilitar a aquisição/interiorização destes comportamentos violentos e conseqüentemente gerar uma transmissão geracional de comportamentos de maus-tratos.

É responsabilidade de toda a sociedade estar atenta ao que nos rodeia, pois na maioria dos casos é possível encontrar pequenos sinais que demonstrem que o menor corre perigo. Os sinais e sintomas têm vindo a ser divulgados e podem ser facilmente detectáveis. No entanto, torna-se difícil fazer um diagnóstico por ser um assunto complexo e por vezes até bastante específico (Cruz, 2006).

Para se fazer um bom diagnóstico é necessário ter-se em atenção toda a contextualização do menor, ou seja, o ambiente Familiar/Institucional onde o menor se encontra inserido (Leandro, Alvarez, Cordeiro & Carvalho, 2005).

Na grande maioria dos casos, os sinais estão directamente relacionados com o menor, e estes podem ser de origem física, comportamental ou biológica, sexual e financeira (Leandro, et. al., 2005).

De origem física, podemos observar ferimentos, fracturas, queimaduras, equimoses, golpes e/ou marcas de dedos, sinais de ter estado amarrado, medicação excessiva ou insuficiente, má nutrição ou desidratação sem causa clínica aparente, faltam de higiene, etc. Na maioria dos casos, os sinais mais evidentes do abandono ou negligência em crianças, é que se apresentam fisicamente descuidadas, sujas, com vestuário inadequado à época do ano, com fome ou subnutrição, entre outros (Cruz, 2006).

A nível comportamental e psicológico podem registar-se algumas alterações nos hábitos alimentares, perturbações do sono, medo, confusão, resignação excessiva, apatia, depressão, desespero, angústia, agressividade, fuga aos contactos físicos, atitudes

de apatia, indiferença, chamadas de atenção através do comportamento, agressividade verbal ou física, participação em comportamentos delinquentes, etc. (Cruz, 2006).

Quando as crianças/jovens estão integrados numa escola têm tendência para apresentar insucesso escolar, dormir durante as aulas, muitas faltas injustificadas e repetidas, podem mostrar ainda, dificuldades de concentração, um medo aparentemente e exagerado dos adultos, etc. (Cruz, 2006).

Torna-se importante perceber qual o contexto em que a criança está inserida, pois na maioria dos casos, as mães destas também são vítimas de violência. O que por norma acontece quando uma mulher é vítima de violência, é que está constantemente com medo e a ser desvalorizada em tudo o que faz (trabalho, ser mãe, etc.) o que se vai refletir nas atitudes do menor (Sani, 2008).

O estudo de Sani (2008) revela ainda que viver num ambiente familiar hostil e violento é extremamente saturante, e tem grandes efeitos a todos os níveis da vida da mulher, afectando-a de forma directa, física e psicológica. Pode ainda, afetar de forma mais indirecta ao interferir com a sua capacidade de gestão da relação com os filhos (por exemplo, com a vinculação).

Levendosky e Graham-Bermann (2001 citado por Sani, 2008), afirmam que algumas das conclusões mais aceites pelos investigadores que trabalham nesta área, é que as mulheres que são vítimas de violência doméstica apresentam maiores níveis de *stress* do que as outras mulheres. Estes referem ainda que uma mulher vítima de violência doméstica, vai por norma ter uma auto-estima muito baixa, grau elevado de ansiedade, grandes sentimentos de impotência e culpa, etc., estes vão acabar por afectar as competências de *coping* da mulher, e por consequência, as suas capacidades parentais.

Lawson (2001 citado por Sani, 2008), acrescenta que a experiência de violência doméstica destrói as crenças relativas a capacidade parental da mãe. Esta normalmente tem como maior preocupação proteger a criança e tornar a vida desta mais segura. Se esta não conseguir, a própria criança vai acabar por perceber a mãe como incapaz de dar protecção e segurança, o que vai comprometer fortemente a vinculação mãe-filho.

As mães vítimas de violência tornam-se frequentemente incoerentes na educação dos filhos, devido aos abusos sofridos O que por consequência pode vir a afectar a relação

mãe-filho, pois estas adotam uma postura aquando a presença do agressor, e outra quando se encontram apenas com o menor (Hester, Pearson & Harwin, 2002 citado por Sani, 2008). Em certos casos, a relação é tao afetada por estas mudanças de atitudes, que afeta a vinculação e confiança das crianças (Sani, 2008).

2. Competências parentais, Características e Recursos Familiares

Tendo em conta o que foi definido no ponto anterior, é muito importante haver uma análise mais aprofundada de todas as competências, características e recursos da família, de modo conhecer melhor toda a família em si, e o que necessita para haver um melhor relacionamento entre todos, o que irá permitir assim, um desenvolvimento mais saudável das crianças (Hidalgo et al., 2004).

As competências parentais podem ser definidas como um conjunto de capacidades dos progenitores, que lhes permitam encarar de modo flexível e adaptativo a tarefa de ser pai, de acordo com as necessidades individuais dos filhos. O conceito de competência parental é considerado multidimensional, bidirecional, dinâmico e contextual (Rodrigo, Máiquez, Martín & Byrne, 2008).

Outra definição possível e atual para este conceito é a de Rancourt, Paquette, Paquette e Rainville (2006 citado por Pereira & Alarcão, 2010), que define competências parentais como o conjunto das atitudes e comportamentos favoráveis ao desenvolvimento otimal das crianças.

Assim, pode-se afirmar que as competências parentais, são um conceito fulcral no que toca a segurança e bem-estar de um menor. Estas vão fornecer informações importantes acerca do modo como vive a criança. De acordo com o Departamento de Saúde do Reino Unido (2000 citado por Rodrigo et al, 2009), quando se fala em competências parentais é necessário também perceber todo o contexto em que esta inserida, ou seja, qual a satisfação das necessidades evolutivas dos menores (saúde, educação, ...); quais os fatores ambientais e familiares que podem condicionar o papel de mãe (emprego, recursos, história familiar) e depois compreender quais as próprias competências parentais. Quando se fala em competências parentais, referimo-nos mais diretamente a todos cuidados básicos a ter com as crianças, isto é, o conforto emocional

dado a criança; a estimulação do menor; a educação imposta ao menor e a estabilidade de vida da criança.

Os autores Azar e Weinzierl (2005) separam as competências parentais em cinco áreas mais específicas, são elas: educativas (cuidados físicos, segurança, etc.); socio-cognitivas (auto-eficácia, expectativas adequadas as capacidades das crianças, etc.); autocontrole (controlo dos impulsos, assertividade, etc); gestão do stress (auto-cuidado, capacidade para se divertir, capacidade de planificação, apoio social, etc) e social (empatia, reconhecimento das emoções, etc).

Como já foi acima referido, o comportamento das mães é afetado por todo o contexto em que elas estão inseridas, por isso, estas competências podem ser enviesadas quando os progenitores sentem algum tipo de mau estar psicológico, como por exemplo, depressão, ansiedade, conflitos matrimoniais, maus tratos, entre outros (Pons-Salvador, Cerezo & Bernabé, 2005).

2.1. Satisfação Parental

Além disto, Medora, Wilson e Larson (2001 citado por Pons-Salvador, Cerezo & Bernabé, 2005) acrescentam a importância do fator satisfação enquanto mãe e pai, isto é, podemos dizer que quanto mais baixa a satisfação parental, maior será a probabilidade de existirem problemas, e por consequência maior será possibilidade de o menor ficar em risco.

O conceito de satisfação parental é bastante complicado de ser definido, pois na maioria dos casos este aparece associado a outros fatores (Goetting, 1986). É considerado pelos autores difícil de conceptualizar de forma isolada. No entanto, Mouton e Tuma (1988) definem satisfação parental como os sentimentos de contentamento/gratificação que os pais sentem em relação as suas responsabilidades para com a criança.

Por outro lado, é importante realçar o facto do fator de satisfação parental variar de casal para casal, e até dentro do próprio casal pode variar entre os progenitores. Cruz (2005 citado por Martins, 2008) refere então, que a satisfação parental é uma percepção/avaliação positiva que os sujeitos fazem acerca da sua eficácia enquanto

pai/mãe, sendo assim, podemos afirmar que esta pode ser definida como a qualidade do afecto associado ao papel de “ser pai”. Oliveira e Costa (2005) completam a definição anterior, afirmando que esta satisfação em ser pai vai também depender das suas expectativas, ou seja, se uma mãe desempenhar melhor o seu papel do que estava inicialmente a supor, então esta vai sentir-se satisfeita consigo mesmo, e obter satisfação.

Posto isto, e como podemos observar acima, a satisfação e a eficácia são dois conceitos que muitas das vezes aparecem associados entre si. Brites e Nunes (2010), referem que a eficácia parental está relacionada com o sentimento de controlo das suas próprias capacidades de obter um desempenho satisfatório na sua função parental, ou seja, o sentimento de eficácia vai gerar o sentimento de satisfação dos pais.

2.2. *Eficácia Parental*

De acordo com Steffen, McKibbin, Zeiss, Gallagher-Thompson e Bandura (2002 citado por Brites & Nunes, 2010), a auto-eficácia vai resultar de um processo de avaliação de si mesmo, perante a capacidade de ter um bom desempenho perante situações de risco, ou seja, vai decorrer de um sentimento de controlo do seu meio envolvente.

Neste caso, auto-eficácia da mãe vai ser o resultado do processo de avaliação das mães como funcionam enquanto cuidadoras e a forma como conseguem assumir todas as tarefas e desafios que estão associados a este papel (Kuhn & Carter, 2006 citado por Brites & Nunes, 2010).

Concluindo, podemos afirmar que a auto-eficácia parental, é um fator, que está aliado a um sentimento de controlo sobre as próprias capacidades da mãe de obter um desempenho satisfatório na sua função, ou seja, acaba por ser a avaliação que as mães fazem sobre o seu desempenho enquanto cuidadoras. É ainda importante referir que esta possui uma dimensão afectiva bastante significativa, e é susceptível de influenciar a sua percepção de si mesmo (Brites & Nunes, 2010).

2.3. *Satisfação Marital*

Outro fator muitas vezes associado às competências parentais no mau trato infantil, é a satisfação marital. Diversos estudos demonstram que esta também é uma variável importante de ser estudada nas famílias com menores em risco (Pons-Salvador, Cerezo & Bernabé, 2005; Rodrigo et al, 2009).

A Satisfação Marital pode ser vista como um conceito subjetivo, que implica uma atitude de respeito para com o casamento, bem como, em ter os seus desejos e necessidades atendidas pelo seu parceiro, e também corresponderas expectativas do parceiro. Sendo assim, podemos afirmar que a satisfação conjugal é o resultado das expectativas ambos têm antes do casamento, em comparação com a realidade experienciada ao longo deste. Esta relação pode ainda ser influenciada por vários fatores, tais como o sexo, o grau de escolaridade, o número de filhos, o nível socioeconómico/sociocultural, o tipo de casamento, características de personalidade de ambos, família de origem, entre outros (Sbicigo & Lisboa, 2010).

Braz, Dessen e Silva (2005), referem que o relacionamento conjugal é um dos fatores mais importantes para a qualidade de vida de uma família, logo, este vai ter influência direta em todas as relações existentes nesta, ou seja, nas relações que os pais mantêm com os seus filhos.

A qualidade das relações entre pais e filhos, vai ser influenciada pela satisfação decorrente dos anos de casado. Isto é, o modo como o casal lida entre si, as formas de comunicação, as suas estratégias de resolução de conflito, entre outros, vai condicionar todo o desenvolvimento de padrões de cuidado para com os filhos, e ainda condicionar o desenvolvimento saudável das crianças (Scorsolini-Comin & Santos, 2010).

Vários autores referem que uma relação pouco estável entre casais, vai ter consequências diretas e indiretas, tanto para o próprio casal como para os seus filhos. As relações insatisfatórias podem aumentar o risco de patologias no casal, envolvimento em acidentes (*e.g.*, automobilísticos), suicídios, homicídios, atos de violência (tanto para si, como os que o rodeiam), entre outros (Scorsolini-Comin & Santos, 2010).

Quando as relações entre pais são negativas, por norma, podemos observar nas crianças vários problemas de saúde, depressões, baixas competências sociais, baixos

rendimentos académicos, problemas comportamentais, entre outros (Braz, Dessen & Silva, 2005).

Por outro lado, casamentos saudáveis vão proporcionar um suporte emocional maior aos cônjuges, o que por sua vez favorece um desenvolvimento saudável dos filhos (Braz, Dessen & Silva, 2005).

Posto isto e tendo em conta a actualidade do tema, este trabalho irá ter como objetivo primordial compreender qual a influencia da satisfação marital nas competências parentais.

III. Objetivos

De acordo com o que foi acima referido, este trabalho tem então como objectivos gerais:

- Determinar a influência da relação marital na satisfação parental;
- Verificar a influência da relação marital na eficácia parental.

Mais especificamente pretendemos:

- Descrever e analisar as competências parentais nas famílias com menores em risco; tanto ao nível da satisfação como da eficácia.
- Analisar as relações entre a satisfação conjugal e a satisfação e eficácia parentais.
- Examinar as diferenças entre pais e mães nas variáveis em estudo.
- Investigar as diferenças entre empregados e desempregados nas dimensões em estudo.
- Perceber as diferenças existentes entre famílias Monoparentais e Biparentais.

IV. Metodologia

4.1. Participantes

Participaram 112 pais/mães provenientes de famílias com menores em risco (80 Mães e 32 Pais). A amostra foi selecionada a partir dos seguintes critérios: (1) ter pelo menos um filho menor de idade no agregado familiar; (2) sofrer diversos problemas e situações de risco que, embora importantes, não obrigavam à retirada do menor da família.

Os inquiridos tem idades compreendidas entre os 16 e os 57 anos de idade, tendo assim, a amostra tem uma média de 36 anos de idade, com um desvio padrão de 7.689. podemos ainda observar que 9.8% destas famílias são imigrantes.

Relativamente as habilitações académicas dos entrevistados, podemos observar, que a maioria (52.7%) não tem o ensino primário completo; 25% tem o ensino primário completo; 17.9% terminou o ensino secundário; e por fim, apenas 4.5% fizeram estudos no ensino universitário (Figura 1).

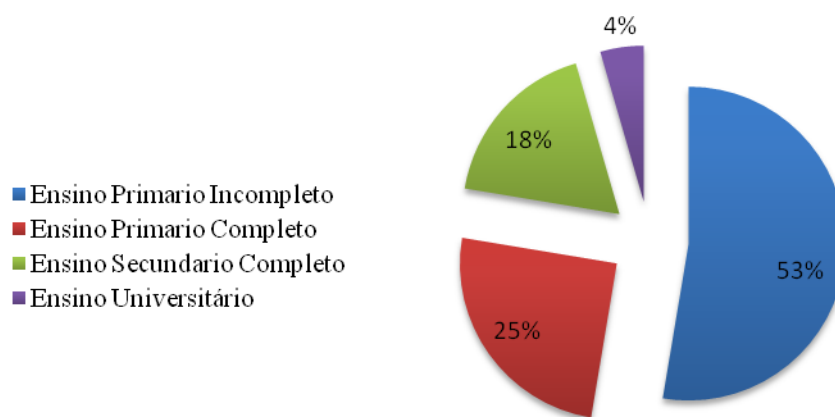


Figura 1. Habilitações literárias da Amostra

Podemos observar na figura 2 que a maior parte dos casos nos foram referenciados através da CPCJ de Faro (N=51); seguida pela Segurança Social (N=28); pela Porta Amiga (N=26); e por fim pela CPCJ de Loulé (N=7).

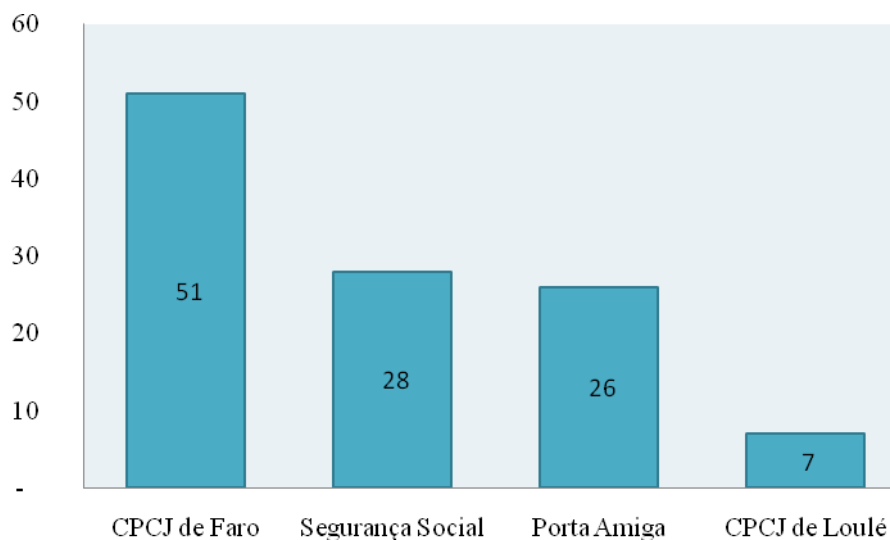


Figura 2. Instituições que referenciaram os casos.

Do total da amostra, 77.7% vive com alguém, contra 22.3% que vive sozinho. Mais especificamente, 84 pessoas estão casadas, 26 estão separadas/divorciadas, 1 solteira e 1 viúva. Sendo que os anos de relação destes varia entre 1 (15.1%) a 30 (4.7%). É de realçar que a maioria destas famílias, são famílias reconstituídas (N=48); seguidas de famílias biparentais (N=35); e por ultimo, famílias monoparentais (N=29). 89.3% das famílias consideram-se famílias estáveis, contra 10.7% que afirmam não ter estabilidade familiar.

Em relação ao emprego destas famílias, podemos observar que apenas 42.9% tem trabalho, contra 57.1% que se encontram desempregados (Figura 3).

2012/2013

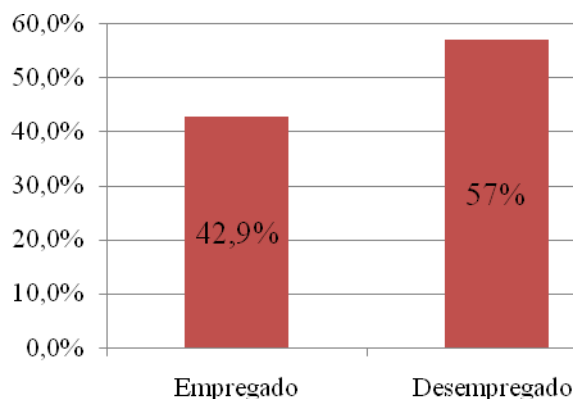


Figura 3. Situação de Empregabilidade da Amostra Figura

O tipo de emprego está dividido em três itens: trabalho não qualificado ou baixamente qualificado; mediamente qualificado; altamente qualificado. Posto isto, podemos observar que apenas 53 pessoas responderam a esta questão, sendo que, 33 pessoas afirmam ter um trabalho não qualificado ou baixamente qualificado; 18 pessoas - mediamente qualificado e apenas 2 pessoas têm um trabalho altamente qualificado. Relativamente a regularidade deste emprego, apenas 52 pessoas responderam, das quais 44 afirmam ter um emprego regular, contra 8 que refere não ter um trabalho regular.

Relativamente ao tópico da família extensa, 17.9% refere ter uma família extensa, enquanto que 82.1% mencionam não ter uma família extensa. Posto isto, foi-lhes ainda perguntado quantas pessoas convivem no mesmo espaço, para esta as respostas variam entre 2 pessoas (9.8%) a 8 pessoas (1.8%), sendo que existem respostas intermédias, 3 pessoas (20.5%), 4 pessoas (22.3%), 5 pessoas (31.3%), 6 pessoas (10.7%) e 7 pessoas (3.6%).

Foi-lhes ainda pedido que referissem o tamanho do lugar onde vivem, neste ponto as respostas variam entre os 35m² (1 pessoa) e os 300 m² (2 pessoas), sendo que os resultados mais frequentes foram 70 m² (10 pessoas), 80 m² (12 pessoas), 90 m² (20 pessoas), 100 m² (20 pessoas) e 120 m² (10 pessoas).

Em relação a quantidade de menores existentes no lugar, podemos que na maioria dos casos existe apenas 1 (39.3%), depois, vem a existência de 2 menores em casa (27.7%), depois 3 (19.6%), depois 4 (10.7%), depois 5 (0.9%) e por fim 6 (1.8%).

Destes, podemos observar que 42.9% tem apenas 1 menor com menos de 14 anos; 20.5% tem 2 menores com menos de 14 anos; 17.9% tem 3 menores com menos de 14 anos; 6.3% tem 4 menores com menos de 14 anos e 0.9% tem 5 menores com menos de 14 anos.

Relativamente a vinculação entre filhos e pais, podemos observar que 88.4% são filhos biológicos, 3.6% foram acolhidos, 4.5% foram adoptados, e 0.9% são netos.

Quanto aos ingressos familiares destas famílias, podemos observar que estes variam entre 126€ a 2500€, sendo que em média estas famílias recebem 947.56€.

4.2. Instrumentos

Para a elaboração desta dissertação de mestrado, foram utilizados apenas dois instrumentos, um Questionário de Perfil Sociodemográfico (PSD), a escala Parenting Sense of Competence (PSOC) e a a escala de satisfação conjugal (EMS).

O PSD este é composto por cinco partes distintas. Sendo a primeira, os dados de identificação do progenitor; a segunda parte é relativa a escolaridade da mãe; a terceira, um genograma familiar; a quarta, os rendimentos da família, e por fim, um quadro para a mãe preencher, onde indica a composição do agregado familiar e algumas características destes.

Relativamente ao PSOC, é uma escala desenvolvida por de Johnson e Mash (1989). Neste estudo utilizamos a tradução portuguesa de Nunes e Lemos (2010). Esta escala mede a competência parental percebida pelos próprios progenitores, através de dois fatores: a Satisfação, que reflete o grau com que o pai se sente frustrado, ansioso e pouco motivado para o papel parental; e a Eficácia, que indica o grau com que o pai se sente ou não competente, capaz de resolver problemas e é familiar com o próprio papel de pai. Esta escala é composta por 16 itens, dos quais 9 dizem respeito a Satisfação e 7 a Eficácia. As respostas podem variar numa escala de 1 a 6 pontos, entre “discordo fortemente” até “concordo fortemente” respectivamente (Johnston & Mash, 1989). O alfa de cronbach da subescala da eficácia é de 0,668 e o da subescala da satisfação é de 0,537.

A EMS, é um instrumento desenvolvido por Fowers e Olson (1993), que permite a realização de uma avaliação da satisfação global com a relação marital. Esta escala é composta por 15 itens, divididos em duas subescalas: Satisfação Marital (10 itens) e a Distorção Idealizada (5 itens). A análise destes resultados vai permitir uma comparação entre o casal, sobre a sua satisfação na relação e o grau de distorção. As respostas a escala variam de 1 a 5, sendo o 1 “não, totalmente em desacordo” e o 5 “totalmente de acordo” (Fowers & Olson, 1993). Neste estudo utilizaremos a tradução portuguesa de Nunes e Lemos (2010). Nesta escala o alfa de cronbach da satisfação na relação é de 0,763 e o do grau de distorção é de 0,777.

V. Procedimentos

5.1. Recolha dos dados

A recolha dos dados foi efectuada junto de mães de famílias, que preencheram os critérios necessários, para serem consideradas famílias com menores em risco.

A participação destas foi voluntária e anónima, sendo-lhes apresentado o consentimento informado por escrito.

A recolha dos dados foi efetuada no próprio domicílio das famílias, e teve entre uma a duas horas de duração.

5.2. Tratamento dos dados

Após a recolha dos dados, os resultados foram analisados através de um programa estatístico, o SPSS (versão 18), o que permitiu a realização de análises descritivas e inferenciais.

Utilizaram-se as seguintes medidas descritivas: frequências absolutas e relativas, médias, medianas e desvio-padrão. Na análise inferencial, foram utilizados os seguintes testes de hipóteses e medidas de associação:

1. Análises de Variância a um factor, para comparar a média de uma variável entre três ou mais grupos independentes;
2. Coeficientes de correlação de *Pearson* para analisar a associação entre duas variáveis quantitativas (intervalares e/ou de rácio);
3. Coeficientes de correlação de *Spearman*, para analisar a associação entre uma variável quantitativa e outra ordinal.

VI. Resultados

Após o estudo das variáveis acima apresentadas, podemos observar na tabela 1 que em relação ao PSOC não existe correlação ($r = .214$) entre ambos os factores em estudo, ou seja a Satisfação e Eficácia, o que significa que ao longo do tratamento de dados deveremos usar ambos os factores em separado.

Relativamente às três variáveis em estudo, podemos ainda observar na tabela abaixo que não existe correlação entre nenhum os factores em estudo.

Tabela 1- Correlações entre variáveis em estudo.

	1	2	3
1. EMS Total	-	,248*	,343**
2. PSOC Eficácia		-	,214*
3. PSOC Satisfação			-

No que diz respeito a escala da satisfação marital as respostas rodam em média os 30,96 pontos, sendo que oscilam entre os 13,77 e os 40,57 com um desvio-padrão de 5,513.

Em relação ao PSOC Eficácia, respondeu a totalidade da amostra com uma média de respostas de 32,05 pontos, sendo que as respostas mínimas são de 18 pontos e as máximas de 42 pontos, com um desvio-padrão de 5,260.

2012/2013

Por fim, relativamente ao PSOC Satisfação, também respondeu a totalidade da amostra, com uma média de respostas de 33,39 pontos. As pontuações oscilaram entre o 16 e os 54 pontos, com um desvio-padrão de 7,590 (Tabela 2).

Tabela 2- Descrição das variáveis EMS Total, PSOC Eficácia e PSOC Satisfação.

	N	Média	DP	Mín. – Max.
EMS Total	87	30,96	5,513	13,77 – 40,57
PSOC Eficácia	112	32,05	5,260	18 – 42
PSOC Satisfação	112	33,39	7,590	16 – 54

Relativamente a amostra, tentou-se perceber a existência ou não de diferenças no grupo de acordo com os níveis educativos. Analisando mais especificamente esta variável, podemos observar que a maioria não terminou os estudos primários (Tabela 3).

Tabela 3- Habilitações literárias dos pais.

<i>Habilitações Literárias</i>	<i>N</i>	<i>%</i>
Sem estudos ou estudos primários incompletos	59	52.7%
Primários completos	28	25.0%
Secundários ou superiores incompletos	20	17.9%
Superiores completos	5	4.5%

Ainda relativamente as habilitações literárias dos pais, podemos observar na tabela abaixo (Tabela 4) que não existem diferenças entre os pais e as mães nesta variável ($\chi^2=0,196$; $df=2$).

Tabela 4- Habilitações literárias das mães e dos pais.

Habilitações Literárias	Mães (N=80)	Pais (N=32)
Até aos estudos primários	38	21
Primários completos	23	5
Secundários ou mais	19	6

Separámos a amostra em dois, de modo a conseguir perceber se existem diferenças significativas entre os géneros, ou seja, entre pais e mães. Observando a tabela abaixo (Tabela 5) podemos perceber que não existem diferenças significativas entre ambos nas variáveis em estudo.

Tabela 5- Comparação entre Pais e Mães das principais variáveis em estudo.

<i>Comparação entre Géneros</i>	Pais (N=32)	Mães (N=80)	<i>F</i>	<i>p</i>
	<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>		
EMS Total	31.39 (4.50)	30.78 (5.91)	.220	.640
PSOC Eficácia	32.13 (5.14)	32.03 (5.34)	.008	.928
PSOC Satisfação	31.94 (6.17)	33.98 (8.05)	1.657	.201

Separámos em seguida a amostra em empregados e desempregados, e analisamos consoante as variáveis em estudo (Tabela 6).

2012/2013

Tabela 6- Comparação entre Empregados e Desempregados.

	Empregado (N=48)	Desempregado (N=64)		
	<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>	<i>F</i>	<i>p</i>
PSOC Eficácia	31.10 (5.740)	32.77 (4.793)	2,780	,098
PSOC Satisfação	31.94 (6.948)	34.48 (7.916)	3,148	,079
	Empregado (N=34)	Desempregado (N=53)		
	<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>	<i>F</i>	<i>p</i>
EMS Total	30.48 (5.775)	31.270 (5.370)	,419	,519

Analisando a tabela acima, podemos perceber que não existem diferenças entre empregados e desempregados nas três variáveis em estudo, pois nenhum dos valores de significância são menores que 0.05 (PSOC Eficácia; PSOC Satisfação e EMS Total).

Por fim, analisamos ainda as diferenças entre os tipos de famílias, mais precisamente entre as famílias biparentais e monoparentais (Tabela 7).

Tabela 7- Comparação entre famílias Monoparentais e Biparentais.

	Monoparental (N=29)	Biparental (N=83)		
	<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>	<i>F</i>	<i>p</i>
PSOC Eficácia	32.14 (4.642)	32.02 (5.486)	,010	,921
PSOC Satisfação	33.00 (7.280)	33.53 (7.734)	,104	,748
	Monoparental (N=9)	Biparental (N=78)		
	<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>	<i>F</i>	<i>p</i>
EMS Total	32.71	30.76	1,009	,318

Uma vez mais, analisando a tabela acima, podemos perceber que não existem diferenças entre as famílias biparentais e monoparentais nas principais variáveis em estudo.

VII. Discussão

Como foi referido acima na nossa revisão da literatura, a família é o primeiro e o contexto mais importante na vida de uma criança. Esta irá ser um factor determinante nos processos de socialização, educação, aprendizagem, ... em suma em todo o desenvolvimento dos menores (Sousa, 2005).

No entanto, algumas famílias não conseguem promover o bem-estar dos seus menores, nem assegurar um desenvolvimento optimal destes. E como principais factores de risco podemos referir os contextos familiares com baixo nível educativo dos pais, baixo nível económico, monoparentalidade, entre outros (Sousa, 2005).

Observando a nossa amostra, podemos perceber que a maioria dos participantes são casados ou vivem em união de facto, integram famílias biparentais e estáveis, possuindo um baixo nível educativo. A maioria encontra-se desempregada e vive na pobreza. Estas últimas condições são preocupantes, pois como foi referido ao longo do trabalho, podem comprometer não só o seu bem-estar psicológico, como o desenvolvimento dos seus filhos.

De acordo com os resultados encontrados, podemos ainda perceber que pais com uma maior satisfação marital são aqueles que se entendem como mais eficazes e mais satisfeitos com o seu papel de pais.

Relativamente a escolaridade dos pais o estudo de Portoa & Tamayob (2006) vem corroborar os nossos resultados, referindo que quanto maior a escolaridade dos pais, maior a compreensão das suas limitações enquanto pais, o que permite a estes ter uma melhor noção do papel que estão a desempenhar.

Após alguma revisão da literatura, podemos ainda perceber que existem alguns estudos que comprovam estes nossos resultados sobre o facto de os pais com uma maior satisfação marital são aqueles que se percebem como mais eficazes e mais satisfeitos

com o seu papel de pais. Um estudo feito por Braz, Dessen & Silva (2005) demonstra que os casais que se sentem bem na sua relação, ou seja, uma relação onde exista diálogo, harmonia, compreensão mútua, entre outros, vai ter uma melhor noção do que a sua família precisa, e por consequência vai perceber melhor as necessidades dos filhos.

O estudo destes demonstra ainda, que a maioria dos casais acredita que as suas relações maritais influenciam todo o processo de desenvolvimento dos seus filhos. Sendo assim a relação entre o casal vai influenciar todas as práticas educativas transmitidas ao menor; a transmissão de amor e segurança aos menores e o empenho dos pais na educação e nos cuidados dados aos filhos, etc. Nas más relações conjugais há a transmissão de sentimento negativos para os menores, o que se pode observar mais tarde nos comportamentos (Braz, Dessen & Silva, 2005). O que vem uma vez mais corroborar os nossos resultados.

De acordo com os nossos resultados, não existem diferenças significativas entre pais e mães nas variáveis por nós estudadas. Em vários estudos esta condição se verifica. Isto pode dever-se ao facto de nos dias de hoje já não haver uma grande diferença entre o papel de pai e mãe para com os menores. Por norma existe uma participação ativa de ambos no desenvolvimento das crianças (Pires, 2008).

Relativamente a variável da eficácia parental, pudemos observar que pais com maiores habilitações literárias têm maior consciência da eficácia enquanto pai/mãe. Isto faz todo o sentido, pois estes têm a capacidade de ter uma melhor noção dos problemas, e assim conseguem resolvê-los. No entanto, é importante referir que além deste fator, a eficácia parental é influenciada por outros, tais como o bem-estar do pai/mãe, a satisfação deste (a) para com a vida que tem, entre outros. E como já foi acima referido, todos estes fatores vão ter influência no desenvolvimento da criança (Brites & Nunes, 2010).

VIII. Conclusão

Em suma e em resposta a nossa questão inicial, podemos perceber que as competências parentais podem ser influenciáveis por várias variáveis externas ao pai e à

mãe, como por exemplo o bem-estar, as suas habilitações, os níveis socioeconómicos, a situação marital, entre outros.

Como já foi referido a amostra é constituída por 80 Mães e 32 Pais provenientes de famílias com menores em risco, com idades compreendidas entre os 16 e os 57 anos de idade. A maioria da amostra não concluiu os estudos primários, e neste momento encontra-se desempregada.

Analisando um dos nossos objectivos iniciais, podemos perceber através dos nossos resultados que os pais com uma maior satisfação marital são aqueles que se percebem como mais eficazes e mais satisfeitos com o seu papel de pais. No entanto, não observámos diferenças entre pais e mães em todas as variáveis em estudo.

Foi ainda investigado as diferenças entre empregados e desempregados e ainda entre famílias Monoparentais e Biparentais, nestas também não foram encontradas diferenças significativas.

No que diz respeito as limitações deste estudo podemos focar o facto de apesar de existirem muitos estudos sobre famílias com menores em risco, ainda falta investigar muitos outros factores que influenciam a família com esta problemática. Sendo assim, a falta de investigação de determinados factores sobre esta problemática pode ser considerada a maior limitação deste estudo, pois não existem estudos para corroborar ou não os nossos resultados.

Com a existência da crise económica na nossa sociedade, seria então importante perceber as diferenças entre empregados e desempregados, nas variáveis satisfação e eficácia parental, pois como foi referido no enquadramento teórico deste artigo todos estes factores vão influenciar o desenvolvimento optimal dos menores.

IX. Referencias Bibliográficas

- Azar, S. T. & Weinzierl, K. M. (2005). Child Maltreatment and Childhood Injury Research: A cognitive behavioral approach. *Journal of Pediatric Psychology*, 30, 598-614.
- Brites, R. & Nunes, O. (2010). Uma nova escala de auto-eficácia parental: estudos sobre validação. Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia Universidade do Minho, Portugal.
- Cruz, C. (2006). Menores em Risco/Perigo uma Responsabilidade Colectiva. Centro de Estudos Multiculturais.
- Braz, M., Dessen, M. & Silva, N. (2005). Relações Conjugais e Parentais: Uma Comparação entre Famílias de Classes Sociais Baixa e Média. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 151-161.
- Hidalgo, M. V. G., Lopez, I. V. & Sanchez, J. H. (2004). Perfil de las famílias usuárias de servicios sociales comunitários. *Portularia* 4, 95-102.
- Fowers, B. J., & Olson, D. H. (1993). ENRICH Marital Satisfaction Scale: A brief research and clinical tool. *Journal of Family Psychology*, 7 (2), 176-185.
- Goetting, A. (1986). Parental Satisfaction: A Review of Research. *Jornal of Family Issues*, 7 (1), 83-109. Abstract.
- Johnston, C., & Mash, E. J. (1989). A measure of parenting satisfaction and efficacy. *Journal of Clinical Child Psychology*, 18 (2), 167-175.
- Leandro, A.; Alvarez, D. L.; Cordeiro, M. & Carvalho, R. (2005). Manual de Boas Praticas – Um Guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens. Instituto da Segurança Social, I.P.

- Leça, A., Perdigão, A., Laranjeira, A. R., Menezes, B., Velez, C., Veloso, C., Oliveira, D., Branco, E., Jardim, H., Chaves, M. & Prazeres, V. (2011). Maus tratos em crianças e jovens: Guia prático de Abordagem, Diagnóstico e Intervenção. Direcção-geral da Saúde.
- Martins, S. M. C. (2008). Satisfação Parental e Impacto Familiar. Contribuição para a validação de dois instrumentos. Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Mouton, P. & Tuma, J. (1986). Stress, Locus of Control, and Role Satisfaction in Clinic and Control Mothers. *Journal of clinic child Psychology*, 17 (3), 217-224. Abstract.
- Oliveira, J. & Costa, M. E. (2005). Estilos de Vinculação e Percepções de Satisfação com os papeis parental e conjugal em tríades de famílias intactas. *PSICOLOGIA*, Edições Colibri, Lisboa, 18 (2), 57-74.
- Oliveira-Formosinho, J. & Araújo, S. B. (2002). Entre o risco biológico e o risco social: um estudo de caso. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, 28 (2), 87-103.
- Pereira, D., & Alarcão, M. (2010). Avaliação da parentalidade no quadro da protecção à infância. *Temas em Psicologia*, 18(2), 499 – 517.
- Pires, A. (2008). Estudo da Conjugalidade e da Parentalidade através da satisfação conjugal e da aliança parental. Universidade de Lisboa - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Pons-Salvador, G., Cerezo, M. A. & Bernabé, G. (2005). Cambio y estabilidad n los factores que afectan negativamente a la parentalidad. *Psicothema*, 17 (1), 31-36.
- Rodrigo, M. J. L., Cabrera, E. C., Martín, J. C. Q. & Máiquez, M. L. C. (2009). Las competencias Parentales en Contextos de Riesgo Psicosocial. *Intervención Psicosocial*, 18 (2), 113-120.

- Rodrigo, M. J. L, Máiquez, M. L. C, Martín, J. C. Q & Byrne, S. (2008). *Preservación Familiar: un enfoque positivo para la intervención com famílias*. Madrid: Pirámide.
- Sani, A. (2008). Mulher e mãe no contexto de violência doméstica. *Ex æquo*, 18, 123-133.
- Sbicigo, J. & Lisboa, C. (2010). Habilidades sociais e satisfação conjugal: um estudo correlacional. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 5(2), 73-81.
- Scorsolini-Comin, F. & Santos, M. A. (2010). Satisfação Conjugal: Revisão Integrativa da Literatura Científica Nacional. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (3), 525-531.
- Sousa, L. (2005). Building on personal networks when intervening with multiproblem poor families. *Journal of Social Work Practice*, 19 (2), 163–179.